

Revista

Espaço

SUAS Boas Práticas



Edição 01 / 2024

Espaço Público do Aprender Social

Lugar de Fala

*O Desafio De Um Território
De Muitas Incertezas*

Linha de Frente

*Acolhimento e Portas Abertas Podem
Gerar Esperanças*

O Corre do dia a dia

*A Complexidade de
Cuidar da População
em Situação de Rua*

Defesa Infantojuvenil

*A Arte de Cultivar Sonhos e
Transformar Vidas em um Centro da
Criança e do Adolescente*

Paratodos

*Movimento de Mulheres Transforma
Solidão em Apoio para Mães e
Crianças com Deficiência*



Trabalhador do SUAS, a publicação está nas mãos certas!!!!

Bem Vindes por aqui!

“Se eu tivesse mais alma pra dar, eu daria, isso pra mim é viver”

Djavan

Se esta revista chegou até você, trabalhador do SUAS, a publicação está nas mãos certas!!!!

Compartilho que esta é a realização de mais um dos muitos sonhos que a Equipe de SMADS/GSUAS – Gestão do Sistema Único da Assistência Social possui para a nossa cidade. Nossa Sampa, linda e desafiadora!

Por aqui vamos trazer novidades da nossa política pública, boas histórias, desafios, gente que nos faz esperar, dar voz a quem precisa, divulgar boas práticas e, acima de tudo, garantir visibilidade e relevância que a política pública de Assistência Social deve ter, especialmente no pós-pandemia.

Agora que você já sabe o que vai encontrar nesta publicação, se faz necessário dividir o que nos trouxe até aqui.... Todos nós sabemos que a Assistência Social se faz e se efetiva no coletivo, mesmo dentro da máquina pública, como é o caso da SMADS.

Nossas equipes sempre tiveram a liberdade de compartilhar as angústias e dificuldades e, na mesma medida, trazer

propostas e caminhos para minimizar cada desproteção identificada.

Ressalto a escuta atenta e interessada do nosso Gabinete, que sempre compreendeu e defendeu as pautas mais difíceis, entre elas: a requalificação dos Centros de Acolhida para a População em Situação de Rua, num contexto de grandes espaços e poucas oportunidades socioassistenciais; ampliação da oferta de CAD ÚNICO, em que além da SMADS a PMSP colocou à disposição outras pastas para acolherem os cadastradores e ampliar as possibilidades de acesso à população; revisão das normativas essenciais para requalificação da Rede Socioassistencial parceirizada; retomada das capacitações e valorização do ESPASO - Espaço do Aprender Social, entre tantos outros.

O volume de trabalho crescente devido ao aumento das demandas exigiu muito das equipes, mas não faltou compromisso, não faltou entrega, não faltou vontade de fazer diferente, mais e melhor!

Trabalhamos feriadados! Finais de Semana! Noites! E tudo valeu a pena!

Os bastidores precisam ganhar “luz”, porque é justamente esse “invisível” que dá condição para a ponta, Rede Direta e Rede Parceirizada, em executar com qualidade novas ofertas, novos serviços ou ainda, serviços já tipificados com compromissos renovados.



Regina Alves Riveiro.
Foto: Arquivo Pessoal.

Aproveito esse momento tão singular, de conquistas e trabalho, de avanços e esperança, para registrar nosso MUITÍSSIMO OBRIGADA:

ao gabinete da SMADS

Bezerra, Décio e Ciça pela escuta e compromisso partilhado;

às equipes de GSUAS

Proteção Básica, Proteção Especial, CGB, COVS, SUSAM, CGPAR, ESPASO e 32 SAS (54 CRAS/32 CREAS/6 Centros Pop) sou mega fã de vcs; e

à rede parceirizada

Que se reinventa e contribui de forma dialogada para melhorar a política pública da Assistência Social na cidade.

Sem esse coletivo, nada seria possível!

A jornada da Revista Espaso SUAS Boa Práticas está só começando e você vem junto!

Seguimos
Fortes



Regina Alves Ribeiro / Coordenadora GSUAS / SMADS/PMSP



Editorial

05



Lugar de Fala

O Desafio de um Território de Muitas Incertezas.

08



Linha de Frente

Acolhimento e Portas Abertas Podem Gerar Esperanças.

13



O Corre do Dia a Dia

A Complexidade de Cuidar da População em Situação de Rua.

18



Defesa Infantojuvenil

A Arte de Cultivar Sonhos e Transformar Vidas em um Centro da Criança e do Adolescente.

23



Paratodos

Movimento de Mulheres Transforma Solidão em Apoio para Mães e Crianças com Deficiência.

31



Observadores Sociais

Centros de Referência de Assistência Social são Essenciais na Inclusão Social e na Proteção dos Direitos.

35



Intersetorial

Uma Rede Transversal e Intersetorial Pode Salva Vidas.

39



Saúde Mental do Trabalhador

Desafios e Boas Práticas na Rede de Serviços Socioassistenciais na cidade de São Paulo.

43



Boas Práticas

Trabalhador do SUAS, a Publicação está nas Mãos Certas!!!!

46



SUAS em Números

O Mapa do SUAS em São Paulo.

50

Expediente

A Revista Espaço - SUAS Boas Práticas é uma publicação do Espaço Público do Aprender Social dirigida aos profissionais e usuários do Sistema Único de Assistência Social, especialmente às trabalhadoras e trabalhadores sociais que atuam no âmbito das Políticas Públicas da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) do Município de São Paulo.

Realização:

Espazo - Espaço Público do Aprender Social

Coordenação:

Alexandre Isaac

Jornalista Responsável:

Davi Molinari - FENAJ – Registro Profissional - MTb: 21.861/SP
Consultor Unesco

Projeto Editorial:

Coletivo Revista Espaço

Designer gráfico/Diagramação:

Fábio Rodrigues Pimentel

Ilustrações Capa e Miolo:

Daniel Molinari

Colaboradores:

Erika Vovchenco
Cássio Giorgetti

Parceiros Institucionais:

- Prefeitura de São Paulo
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)
- Pia Sociedade de São Paulo - PAULUS
- Fapcom - Faculdade PAULUS de Comunicação

Agradecimentos:

Regina Alves Ribeiro
Coordenadora GSUAS /
SMADS / PMSP



Editorial

Bem-vindos à estreia da Revista Espaso SUAS Boas Práticas.

Este veículo visa promover iniciativas impactantes para trabalhadoras, trabalhadores e usuários do SUAS, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. Destacamos informações e escolhas estratégicas que resultaram em exemplos de reflexão e superação tanto na nossa rede direta como na rede parceira que executa a política pública da Assistência Social.

Na edição inaugural, a Revista traz a entrevista com Érika Mendonça, assistente social com 14 anos na Secretaria, que compartilhou conosco sua jornada permeada por desafios frente à complexidade do trabalho e às limitações de diferentes ordens. Mendonça acompanhou a implantação do CREAS no município. Sua resiliência a manteve próxima aos trabalhadores da base do SUAS, na região de Perus, no extremo da Zona Norte.

Na seção Linha de Frente, Renata Peres Trevisanuto compartilha como o acolhimento de portas abertas gera perspectivas e esperanças, transformando vidas tanto de usuários como dos trabalhadores.

Destacamos a importância de uma rede intersetorial, que pode salvar vidas e os desafios para que as políticas alcancem a articulação necessária, capaz de garantir a cobertura de direitos à população de rua.

Em Observadores Sociais, Rodrigo Diniz destaca o papel crucial dos 54 CRAS na mediação entre abandono e proteção social, oferecendo uma visão perspicaz da política de assistência social.

Na seção Paratodos, revelamos como o movimento de mulheres transforma solidão em apoio para mães e crianças com deficiência em São Paulo. A história vitoriosa da mãe Solange Maria de Souza, que chegou ao projeto em 2004, trazendo nos braços o filho de 3 anos, desenganado pelos médicos e que, agora, completa 23 anos de idade.

A Revista Espaso é um convite à reflexão e à missão de proporcionar uma visão ampla das boas práticas no SUAS. Nosso compromisso é produzir conhecimento e trazer à luz histórias inspiradoras de desafios superados, destacando a relevância do SUAS na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Alexandre Isaac

Diretor - Espaço Público do Aprender Social - ESPASO



Parceria Unesco e SMADS Promove Redução das Desigualdades e Capacita Funcionários

A UNESCO, criada em 1945 pós-Segunda Guerra Mundial, visa construir uma cultura de paz e promover educação de qualidade. Ancorada em cinco áreas de mandato (Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação), mantém firme propósito de erradicar a pobreza, reduzir desigualdades sociais, proteger o patrimônio e fomentar a criatividade. Atua em 194 países, incluindo o Brasil, colaborando com os ODS da Agenda 2030 da ONU desde 1972. Destaca-se a parceria estreita com os três níveis de governo, por meio de acordos internacionais, permitindo a realização de seminários, capacitações e desenvolvimento de estudos.

A UNESCO mantém proximidade com São Paulo, realizando projetos de educação, cultura, gestão do conhecimento, inovação, direitos humanos e assistência social. Recentemente, promoveu a Terceira Edição do Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação em parceria com o Ministério da Igualdade Racial e a Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura (29 de novembro a 1 de dezembro de 2023).

O acordo de cooperação com a SMADS, iniciado em 2014 e com término em março de 2024, é fundamental para consolidar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em São Paulo. Segundo a Diretora e Representante da UNESCO no Brasil, e Ex-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (1994-1996), Marlova Jovchelovitch Noletto, “a parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo muito nos orgulha. Por meio do nosso projeto conseguimos enxergar a materialização da nossa missão no Brasil que é apoiar o país na redução de suas desigualdades estruturais e – por meio da educação – melhor capacitar servidores locais e melhorar, conseqüentemente, a realização de serviços públicos e entregas fundamentais”.

Saiba mais acessando o QR CODE



Informe do Parceiro:

A **PAULUS**, presente no Brasil há mais de 92 anos, é uma Entidade Beneficente de Assistência Social que tem como missão a promoção humana com grande relevância para a sociedade brasileira na atuação das Políticas de Assistência Social e Educação.

A partir da área interna criada para gerenciar e executar as atividades socioassistenciais da Instituição, denominada de **PAULUS** Social, são realizados programas e serviços de forma integralmente gratuita, permanente e planejada a partir dos Programas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos e dos Centros **PAULUS** de Convivência aos usuários e trabalhadores que compõem o Sistema Único de Assistência Social – **SUAS**.

Os Programas de Assessoramento da **PAULUS** (Inova**SUAS** e Direito e Cidadania) são destinados aos trabalhadores do **SUAS** atuantes nos mais diversos territórios do nosso país e se concretizam a partir de três atividades neste campo do Assessoramento, conforme a Resolução 27 de 19 de setembro de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social, respectivamente: formação continuada, produção e disseminação de conteúdo (formato digital e físico) sobre os mais diversos assuntos do **SUAS** que contribui diretamente na qualificação dos serviços socioassistenciais realizados pelas redes privadas e públicas da Assistência Social.

Os Centros **PAULUS** de Convivência são unidades próprias que realizam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme a Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, que tipifica os serviços socioassistenciais. Essas unidades ofertam atividades socioassistenciais às crianças e aos adolescentes de 06 a 15 anos de idade (unidades da Freguesia do Ó em São Paulo e Jardim Santa Maria em Osasco, ambos no Estado de São Paulo) e aos adolescentes e jovens de 15 a 21 anos de idade (unidade da Vila Mariana na cidade de São Paulo/SP com atividades específicas voltados ao mundo do trabalho).

No campo educacional a **PAULUS** agrega um conjunto de cursos de graduação e de pós graduação *lato sensu* por intermédio da unidade própria, denominada de Faculdade **PAULUS** de Comunicação - FAPCOM (Vila Mariana em São Paulo/SP), compreendendo os cursos de jornalismo, rádio, TV e internet, relações públicas, publicidade e propaganda, fotografia, produção multimídia, produção audiovisual, licenciatura e bacharelado em filosofia e os cursos de pós graduação em mídias digitais, produção editorial e gestão e serviços do **SUAS** (este específico para trabalhadores do **SUAS** com gratuidade total). A FAPCOM adere ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI com bolsas de estudo integral e parcial de 50%.



Escaneie ao lado QR-Code para saber mais e como acessar os programas e serviços oferecidos pela **PAULUS**.





Lugar de Fala

Por Erika Vovchenco



Imagem: Freepik.com



O Desafio de um Território de Muitas Incertezas

Por Érika Vovchenco

A Revista Espaso teve a oportunidade de conversar com Érika Mendonça, assistente social com 14 anos de experiência na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo. Aos 38 anos, Mendonça compartilha uma jornada marcada por desafios diante da complexidade do trabalho e das limitações de recursos. Desde o início, ela enfrentou o território incerto de um sistema em formação, vivenciando o processo de implantação do único Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) existente na cidade. Atraída inicialmente pelo Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), Mendonça teve que se adaptar e atuar como gestora de parcerias. No entanto, sua determinação a manteve próxima dos trabalhadores da base do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mesmo ocupando cargo de coordenação em Perus, região da zona noroeste capital paulista. Venha conhecer essa história!



Érika Mendonça. Foto: Arquivo Pessoal.

Érika Mendonça: 14 Anos de Compromisso e Resiliência na assistência social Paulistana

Espaso: Erika, nos conte como foi sua chegada na assistência social?

Érika: É engraçado, a chegada na assistência social nunca é fácil! Minha chegada se deu em 2009. Eu vim do interior de São Paulo com a ideia de trabalhar no SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) por causa da relação com o Poder Judiciário. E quando fui escolher o território em que iria atuar, falaram que eu não trabalharia no SAICA, porque aqui em São Paulo, seria responsável por supervisionar os serviços. Foi meu primeiro trabalho, aos 23 anos de idade, e ali já foi meu primeiro susto. Como iria supervisionar alguém sem ter experiência prática? Isso foi impactante, logo de cara. Mas costume me recompor rápido dos impactos, porque logo ali na hora eu



Lugar de Fala

falei que queria trabalhar no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é a unidade pública da política de Assistência Social que oferece apoio às famílias em situação de risco. O pessoal perguntou: você tem certeza? Você acabou de chegar do interior, é melhor você escolher o Centro de Referência de Assistência Social - que é uma unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do SUAS. Eu disse que queria mesmo me dedicar ao acolhimento de crianças e adolescentes e já que eu não posso, pelo menos estarei mais próxima desse desafio, num CREAS. Mas na época só tinha um Centro de Referência Especializado em São Paulo e ninguém sabia direito como se daria o funcionamento. Era um território de muitas incertezas! Aí nos colocaram lá, as “novinhas”, para trabalhar no plantão de atendimento, e foi isso o que aconteceu. Na época, tinha a Coordenadoria de Assistência Social - Norte e a supervisora disse que, como escolhemos CREAS, deveríamos nos aproximar dos serviços e aí fomos direcionadas a conhecer os serviços de média e alta complexidade. Em quatro meses nos foi apresentado o mapeamento dos serviços e depois retornamos ao plantão de atendimento para atender demandas de pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica, as demandas do Ministério Público e das

Varas da Justiça. O que foi interessante é que as recém-chegadas, já nesse processo de formação, acabaram por estreitar os vínculos e isso foi enriquecedor.

“Era um território de muitas incertezas”

Espaso: Você se sentiu acolhida nesse momento inicial?

Érika: Neste momento sim! Mas naquele momento em que disseram “vai lá e atende” foi meio assim jogado. Mas quando juntaram as recém-chegadas na CAS Norte eu me senti acolhida. Então, o que eu posso dizer é que existem altos e baixos, momentos de se sentir acolhida e outros não. Isso é constante na minha trajetória profissional, e a vida vai seguindo.

Espaso: Conte quais foram as maiores mudanças que você observou no decorrer dos anos na assistência social?

Érika: Muitas coisas. Eu fui estagiária na época que não existia o SUAS. Eu vi o SUAS nascer, ele veio pra organizar todo o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. Mas as coisas mudam a cada prefeito. Então, a gente aprende a estar aberto ao movimento, que altera todo o grupo do gabinete e que resulta em mudanças. No decorrer desses anos houve muita transformação e a implantação de diversos serviços, mas ainda estamos buscando a integração dos sistemas.



Lugar de Fala

Espaso: O que você acredita ser imprescindível para o trabalhador que está ingressando na assistência social?

Érika: A formação, sem dúvida nenhuma! Conteí muito com a solidariedade dos colegas, porque não tive formação para ser gestora de parcerias, por exemplo. No meu entendimento deveria haver uma formação intensa, em horário de trabalho, uma interação com as diversas áreas, antes do trabalhador chegar ao atendimento de campo.

“O que motiva é me sentir respeitada e bem no meu local de trabalho”

Espaso: Na sua opinião, o que sustenta a permanência do trabalhador no *SUAS*?

Érika: O *SUAS* possibilita o trabalho com pessoas numa função, diretamente, relacionada à promoção do bem-estar e do cuidado do usuário, e - não menos importante - à própria necessidade de trabalhar (risos). O que motiva é me sentir respeitada e bem no meu local de trabalho. Outra coisa é não ficar parada, eu sou movimento! Porque sair da rotina possibilita descobertas e possibilidades para os trabalhadores. Nós sempre estamos produzindo algo, ações, formações etc. E isso me motiva. A inquietação traz benefícios aos trabalhadores e, conseqüentemente, aos usuários.

Espaso: Nesses anos de trabalho, o que mais te marcou?

Érika: De forma negativa, quando eu passei o dia inteiro esperando uma vaga para uma família e não consegui. Isso no início da carreira me machucou muito. Até hoje é muito frustrante. A gente carrega diversas marcas no cotidiano do trabalho, seja nas relações interprofissionais com colegas de trabalho ou com os usuários. Tive pessoas que me acolheram e marcas positivas com famílias que atendi. Em algumas ocasiões, enquanto eu estava atendendo no CRAS, alguns usuários queriam me presentear, mesmo eu dizendo que eu estava fazendo meu trabalho e que esse atendimento é direito deles.

Espaso: Como produzir boas práticas no *SUAS*?

Érika: Quando eu penso em boas práticas são duas vertentes: cuidar da população e da equipe diante de um contexto complexo. É bem desafiador, mas é possível. Desde discutir casos, repensar ações, ouvir o que o outro tem a dizer, dialogar. Respeitar o próximo, preservar o trabalhador. Nas ocasiões em que se faz necessário chamar a atenção, fazer isso em particular. Entendo que isso seja uma boa prática, tentar melhorar o clima organizacional, ainda mais numa unidade como o CREAS, que tem diferentes vínculos empregatícios.



Lugar de Fala



Imagem: Freepik.com

zados que atuam na garantia desses direitos. A essência é escutar, acolher e minimizar os riscos e o grau de vulnerabilidade social. Isso de forma bem resumida.

“As pessoas sempre se lembram de como foram tratadas”

Espaso: O que você considera mais importante no trabalho do CREAS?

Érika: O acolhimento que se dá no plantão de atendimento, onde se recebem as demandas que estão patentes nos usuários. São pessoas que estão fragilizadas e precisam ser ouvidas da melhor forma possível. Diariamente lutamos para qualificar essa porta de entrada. O problema é que a alta rotatividade dos trabalhadores do Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico, NPJ, impacta diretamente nisso. É uma fragilidade. Por isso, estou muito próxima dos trabalhadores tentando sustentar esse trabalho de acolhimento. As pessoas sempre se lembram de como foram tratadas e eu quero que elas possam voltar quando precisarem.



Região de Perus. Foto: Arquivo Pessoal.

Espaso: Qual é o trabalho do CREAS?

Érika: O CREAS atua com violações de direitos. No plantão aparecem demandas de pessoas em situação de rua, crianças e mulheres vítimas de violência, idosos abandonados etc. E também temos os serviços parceiri-



Linha de Frente Portas Abertas



Imagem: Freepik.com



Acolhimento e Portas Abertas Podem Gerar Esperanças

Como o cotidiano de trabalhadores da assistência social em um Núcleo de Convivência pode mudar a vida de pessoas desiludidas

Todas as manhãs, Renata Peres Trevisanuto caminha com seu passo tranquilo pelos corredores do Núcleo de Convivência para População de Rua Boraceia, na Barra Funda, região Oeste de São Paulo, onde trabalha como assistente social desde 2015. Depois de tanto tempo, ela consegue reconhecer quase todas as caras e vozes e responde cada um dos incontáveis “Bom dia, Dona Renata” que recebe ao longo do trajeto.

Renata faz parte da equipe que atua no período matutino. Outro grupo trabalha no turno da tarde. Ambos são compostos por profissionais como assistentes técnicos, orientadores e agentes operacionais. A coordenação geral do serviço fica sob a responsabilidade de uma gerente.

Renata explica que o Núcleo de Convivência Boraceia funciona num sistema de “portas abertas”. Isso significa que as pessoas em situação de rua podem circular livremente pelas dependências e não precisam superar muitas barreiras físicas e burocráticas para entrar. Ou seja, é um serviço que atende todos os perfis de população de rua oferecendo suporte para os mais variados tipos de demandas. “Eu gosto muito de comparar o trabalho do Núcleo



Renata Peres Trevisanuto. Foto: Arquivo Pessoal.

como se fosse um Pronto-Socorro da Assistência Social”, complementa Renata.

Criar vínculos de confiança com pessoas desiludidas

As ações que se desenvolvem ao longo do dia estão voltadas às necessidades básicas do usuário dos serviços e abrangem alimentação,



Linha de Frente

guarda de bagagens e pertences, doação de roupas e até oficinas culturais, atividades socioeducativas e esportivas. Antes de assumir seu posto na sala do Serviço Social, Renata tem o costume de dar uma passadinha nos demais ambientes para observar o andamento das atividades. “Depois que a gente entra na sala de atendimento é difícil sair”, explica. Ser vista nos espaços

mais utilizados pelos conviventes, assim chamados os frequentadores, é uma estratégia para estreitar e reforçar os vínculos de confiança com pessoas que carregam consigo muitas decepções. Estratégias que ela aprendeu a aplicar ao longo dos quase treze anos em que trabalha na linha de frente do atendimento à população em situação de rua.



Imagem: Freepik.com

O entra e sai na sala de atendimento do Serviço Social é ininterrupto. Uma rotina atribulada que exige doses equivalentes de disposição, paciência e vocação. A assistente social fica posicionada na parte de trás de uma mesa simples equipada com computador e, na parte de frente, uma cadeira aguarda pela próxima pessoa que passará por atendimento. Cada pessoa que ali se senta deseja, mais do que qualquer coisa, ser ouvida. Deixar, ainda que por um breve momento, a situação de invisibilidade com a qual se depara nas ruas. E Renata gosta de escutar. Aliás, o sistema de portas abertas também

vale dentro da sala em que trabalha. Portas sempre abertas, na sua concepção, sinalizam que a pessoa em situação de rua é bem-vinda naquele espaço.

Num breve intervalo entre um atendimento e outro, ela faz uma reflexão: “Nosso serviço é um desafio grande, é imprevisível. Atendemos 450 pessoas por dia de forma rotativa. Eu converso com pessoas – homens, em sua maioria – que estão há muito tempo na rua, pessoas que estão chegando nessa situação agora por razões diversas; problemas de saúde, desempregados, que fazem uso de álcool e drogas, migrantes e imigrantes”.



Linha de Frente

Perfis diferentes em busca da mesma solução: esperança no futuro

Poucos segundos depois de um atendimento, escutam-se três batidas leves na porta aberta. Um convivente pede licença, entra e começa a falar sobre sua vida. Renata, notando que o homem permanece em pé, no centro da pequena sala, faz um movimento delicado com a mão em direção à cadeira, que ele rapidamente ocupa, agradecendo. Seu nome é Adriano. Está em situação de rua há cerca de quatro anos. A causa foi um relacionamento conjugal turbulento, insustentável, uma situação para qual a única saída encontrada por Adriano foi atirar-se às ruas: “Eu larguei a casa e tudo que eu tinha para trás. Me separei, acabei em situação de rua e, por falta de emprego, eu não tenho condições de pagar um aluguel”.

Adriano veio de Taubaté, interior de São Paulo, cidade onde teve o primeiro contato com a rede socioassistencial de serviços. Já na capital foi orientado a procurar o Núcleo de Convivência Boracéia, que passou a frequentar e onde conseguiu uma vaga em um Centro de Acolhida. Ele tem um objetivo: reencontrar a família. “Meus pais são falecidos, mas eu tenho tios, dois irmãos que eu não os vejo há muito tempo. Eu gostaria de me reaproximar deles”.

Enquanto isso não acontece, Adriano encontra apoio no Núcleo de Convivência. “O Núcleo me fortale-



Adriano. Foto: Arquivo Pessoal.

ce tanto com alimento, quanto com banho, um corte de cabelo, assistência social...”. Conviver ali dentro com pessoas que apresentam características, comportamentos e demandas diferentes, no entanto, nem sempre é fácil para ele. “Aqui são muitos conviventes próximos da gente, as pessoas às vezes não têm limites e isso é o diferencial na convivência”, desabafa.

As dificuldades de convivência apontadas por Adriano estão diretamente relacionadas a algo que Renata havia mencionado instantes antes dele entrar na sala: à diversidade dos perfis atendidos. A heterogeneidade não surge apenas da origem dos usuários do Núcleo Boracéia, fatores como o tempo de exposição às ruas, uso de álcool e drogas, estado da saúde física e mental, entre outros motivos, aprofundam as diferenças entre todos eles, apesar



Linha de Frente

de estarem inseridos numa mesma classificação ou no mesmo “rótulo” de população em situação de rua.

Adriano saiu da sala com a mesma discrição que tinha entrado. Ficou mais de uma hora com Renata. Já se conheciam, mas as conversas até então haviam sido rápidas e sobre assuntos corriqueiros, quase sempre para suprir alguma necessidade pontual que ele trazia. A expressão dos rostos dizia que esse longo encontro tinha deixado ambos esperançosos com relação ao futuro.

A dinâmica dos atendimentos faz o relógio correr mais depressa. Os primeiros funcionários da equipe da tarde já batiam o cartão ao chegarem, mas ainda restava tempo para uma última e imprescindível pergunta.

Onde encontrar motivação para estar todos os dias naquele Núcleo de Convivência atendendo pessoas como Adriano?

Renata olha para o chão e respira profundamente antes de responder. “O que eu considero muito importante quanto à ética profissional de quem trabalha em um espaço como o Núcleo de Convivência Boracéia é gostar do que faz. É estar preparado para ter um olhar diferenciado, criar um vínculo e tentar entender a realidade da pessoa que está chegando aqui”.

Talvez seja mais fácil, para os que não são da área da assistência social, compreender o que Renata quer dizer com as expressões “olhar diferenciado” e “tentar entender a realidade dos que não tem um lar”. Mas como compreender algo tão subjetivo como o “criar um vínculo”.

Um grupo de moradores de rua conversa em frente ao Núcleo de Serviços Boracéia, por volta das 14h. Renata tinha encerrado o expediente naquele instante e cruzava o portão em direção à movimentada Avenida Norma Pieruccini Gianotti. Ao vê-la, os moradores de rua interrompem o bate-papo e perguntam se ela gostaria que alguém a acompanhasse até o ponto de ônibus. “Tá tendo muito assalto por ali, Dona Renata”. Isso é vínculo.



Imagem: Freepik.com



O corre do dia a dia

Cuidar da População em Situação de Rua



Imagem: Freepik.com



O corre do dia a dia

A Complexidade de Cuidar da População em Situação de Rua

Profissionais do SEAS e AMPARA-SP compartilham SUAS experiências ao trabalhar sob as complexas condições sociais, econômicas e pessoais que levam milhares de pessoas a viverem nas ruas da cidade.



Imagem: Freepik.com

Das diversas responsabilidades vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), lidar com a população em situação de rua emerge como um dos mais importantes desafios a serem enfrentados. O mais recente levantamento realizado pelo Observatório Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), divulgado em setembro de 2023, revela que na cidade de São Paulo, 53 mil indivíduos vivenciam o desamparo. Os números divergem dos dados divulgados pela Prefeitura de São Paulo, em janeiro de 2022, que apontou 31.884 pessoas nas ruas da cidade. Independentemente da diferença entre os resultados e dos métodos de pes-

quisa aplicados, esses milhares de indivíduos carecem de laços sólidos familiares, oportunidades profissionais, moradia, emprego e amizades. São pessoas que perambulam solitárias, repousando sob marquises ou deitadas sobre pedaços de papelão nas calçadas. A indiferença ou sentimentos de compaixão, aversão e repulsa por parte dos transeuntes acrescentam um nível adicional de complexidade ao trabalho dos profissionais da assistência social.

Identificar uma única razão para a trajetória que leva alguém a tornar-se uma pessoa em situação de rua é uma tarefa complexa. De fato, não há um único motivo que leve um indivíduo a trocar sua vida por



O corre do dia a dia

um destino incerto nas ruas. Essa realidade nasce da convergência de uma série de obstáculos sociais, econômicos e pessoais, como o desemprego, a falta de moradia, processos de migração e imigração, o uso de substâncias como álcool e drogas, questões de saúde e conflitos familiares. Esse amplo leque de possibilidades contribui para a diversidade e complexidade desse universo, que se renova constantemente com o surgimento de novos perfis, hábitos e dinâmicas. Homens, mulheres, pessoas trans, mães com filhos, adolescentes, crianças e idosos sobrevivem em situação de rua, enfrentando diferentes níveis de problemas de saúde física e mental e adaptando-se de maneiras diversas às adversidades impostas por essa condição. Cada história é única, como afirmam as profissionais do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e do AMPARA SP, cuja principal responsabilidade é estabelecer uma relação de confiança com essas pessoas, facilitando a aceitação das propostas de atendimento.

A habilidade de escutar por parte dos profissionais do SEAS exige uma combinação equilibrada de empatia, paciência e técnica. A técnica proporciona confiança ao garantir a escolha adequada da estratégia de abordagem, utilizando termos e palavras apropriados para conduzir a interação e explorar outros aspectos cruciais, como a consideração dos elementos que compõem o ambiente onde a pessoa se encontra. Em contrapartida, a empatia e paciência conferem segurança à pes-



Juliana Ferreira. Foto: Arquivo Pessoal.

soa em situação de rua, permitindo que ela identifique no trabalhador do SEAS não apenas um funcionário municipal com uma prancheta, mas alguém genuinamente preocupado com sua vida.

Juliana Ferreira trabalha no AMPARA-SP exercendo a função de orientadora socioeducativa e destaca que o atendimento à pessoa em situação de rua deve estar conectado ao respeito pela sua história. “Trabalhar com a população em situação de rua é entender a dor do outro. Cada um deles carrega dentro daquelas sacolas muito mais do que roupas sujas e restos de comida. Carrega sentimentos, memórias e também conhecimentos. É preciso coragem e sensibilidade para olhar a pessoa de uma forma que ela sinta que não deixou de ser quem era pelo fato de estar em situação de rua”, afirma.

Na capital, existem 31 SEAS distribuídos pelos distritos, vinculados aos respectivos Centros de Referência de Assistência Social e aos Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Cen-



O corre do dia a dia

tros Pop. Já as equipes do AMPARA-SP concentram-se principalmente na região central, onde a maior parte da população em situação de rua está localizada. As propostas de atendimento oferecidas dependem do diagnóstico realizado pelas equipes de abordagem, abrangendo opções como encaminhamento para Centros de Acolhida, Hotéis Sociais, Unidades de Saúde, Núcleos de Convivência, Centros de Referência de Assistência Social, entre outras possibilidades.

O universo feminino nas ruas

As mulheres que enfrentam a vida nas ruas são confrontadas com desafios recorrentes, tendo que superar não apenas as dificuldades do contexto em que estão inseridas, mas também o machismo que impera na sociedade em geral. Esta discriminação assume proporções ainda mais dramáticas quando consideramos que as mulheres são uma minoria absoluta entre a população de rua. A disparidade evidente reflete-se na oferta desproporcional de vagas de acolhimento, que favorecem majoritariamente o público masculino. Além das diversas formas de violência enfrentadas, as mulheres lidam com contratempos próprios de sua natureza, como os períodos de menstruação, que são agravados pela falta de absorventes. “Não existe nenhum lugar que doe absorvente na nossa região. É uma questão de saúde pública, uma necessidade que precisa ser respeitada. “Os produtos de higiene que conseguimos comprar com a autorização do CREAS Itaquera

entregamos para as mulheres que atendemos nas ruas”. absorvente é uma questão de garantia de direitos”, afirma Norma Cleide dos Santos Correia, que é técnica assistente social do SEAS de Itaquera, zona leste da cidade.

Juliana compartilha a compaixão e solidariedade de Norma em relação às mulheres em situação de rua. Ela ressalta os desafios enfrentados pelos educadores durante abordagens a mulheres grávidas e mães com crianças. “Enquanto se articula o processo para garantir uma vaga de acolhimento, a única forma de atendê-las é fazer o acompanhamento na rua mesmo com o apoio da rede intersetorial; dos agentes do Consultório na Rua (programa vinculado à Secretaria Municipal de Saúde), ou acionar a ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)”, explica.

A complexidade do trabalho é acentuada pela necessidade de “respeitar a vontade da população em situação de rua como um aspecto crucial”, explicam Juliana e Norma. Ambas concordam que o respeito à vontade da população é uma balança delicada, frequentemente carregando elementos contraditórios. Enquanto alguns manifestam o desejo de serem encaminhados para Centros de Acolhida, outros resistem às ofertas de atendimento. Norma destaca que lidar com essas contradições é uma constante aprendizagem, sendo fundamental compreender as diferentes perspectivas e necessidades da população em situação de rua. “A todo mo-



O corre do dia a dia

mento estamos aprendendo com a população em situação de rua. Uma coisa é o que ela quer, outra coisa é o que eu desejo que ela queira”, afirma Norma. Para a assistente social do SEAS Itaquera essas contradições são expressas pela própria sociedade, “enquanto uma parte exige que tiremos a pessoa da praça ou da frente do prédio, outros moradores do mesmo prédio levam alimentos e cobertores para quem está dormindo na calçada”.

As pressões enfrentadas pelas trabalhadoras são superadas através do trabalho em equipe, envolvendo ações realizadas em conjunto com as pessoas em situação de rua e abrangendo todos os profissionais do serviço. Juliana destaca a experiência da Kombi do AMPARA-SP, carinhosamente apelidada de Kombosa. Dentro dela, são levados elementos culturais, como livros, filmes e revistas, para as pessoas em situação de rua no centro de São Paulo, proporcionando-lhes a oportunidade de utilizar esses recursos à vontade, mesmo estando na rua.

Já a equipe do SEAS Itaquera desenvolve a atividade denominada Arte e Expressão na Rua, realizada uma vez por mês. Norma expressa o orgulho que sente com a ação: “É uma atividade lúdica elaborada com a participação do pessoal da rua, ouvindo as sugestões de cada um. Às vezes, eles

de sejam ouvir música, participar de uma roda de conversa, jogar futebol ou contar histórias. Este é um período em que as pessoas em situação de rua param suas



Norma Cleide dos Santos.
Foto: Arquivo Pessoal.

atividades para participar. Para nós, é uma ferramenta fundamental para a aproximação e a conquista da confiança. Durante esse momento, conseguimos fazer com que se abram verdadeiramente, compartilhando experiências do passado e aspectos familiares que não seriam revelados durante o preenchimento superficial da ficha de cadastro”.

Tanto Norma quanto Juliana ressaltam a importância de formações e estudos para aprimorar a oferta de atendimento, como eternizou Belchior na canção Voz da América: “Escute e aprenda logo a usar toda essa dor”.

• Durante o fechamento desta edição passou a vigorar o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual do governo federal. Podem pegar os itens, de forma gratuita, brasileiras ou estrangeiras que vivem no Brasil que têm entre 10 e 49 anos de idade e que estão inscritas no Cadastro Único, conhecido como CadÚnico.





Defesa Infantojuvenil

A Arte de Cultivar Sonhos

Por Cássio Giorgetti

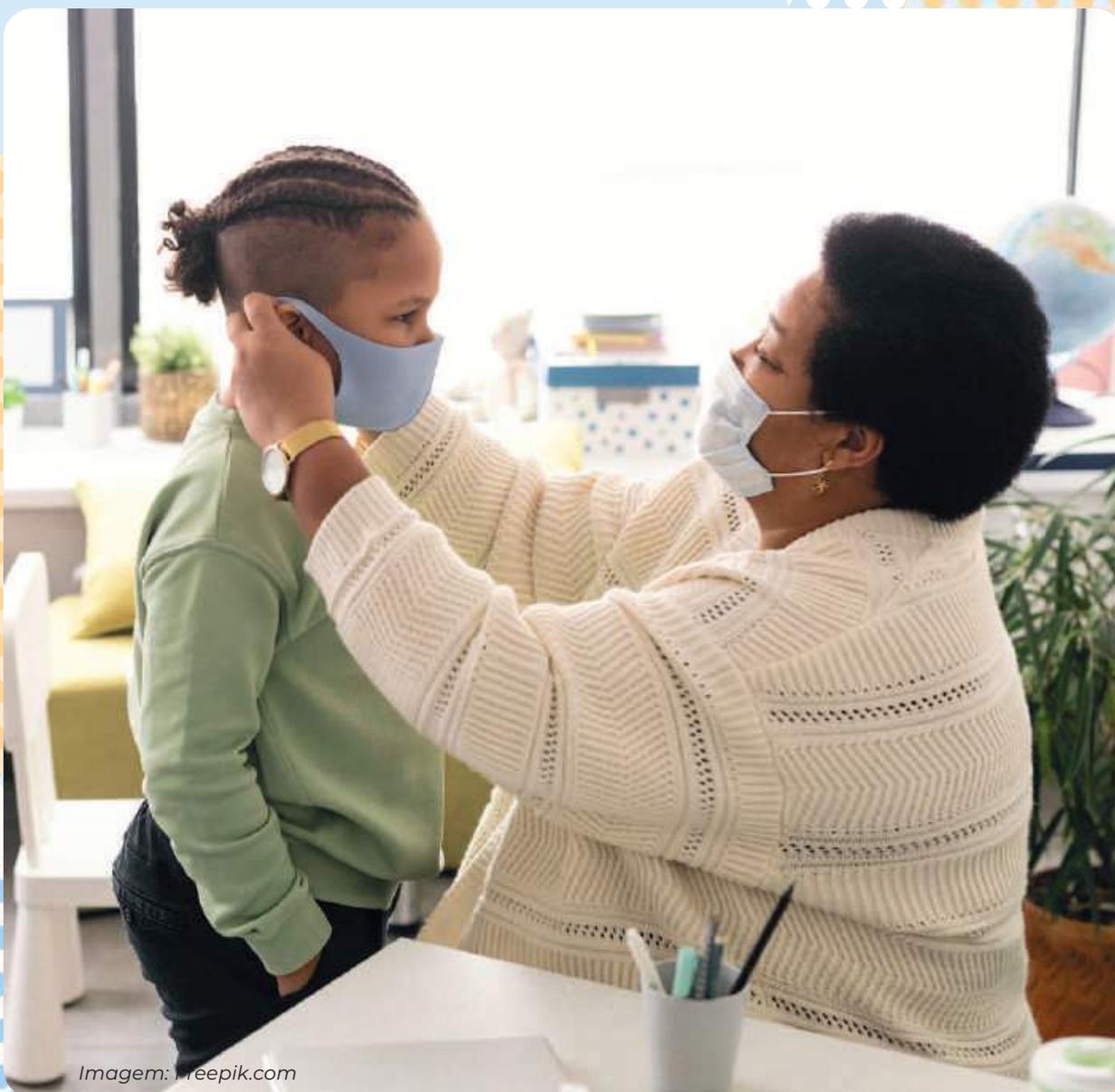


Imagem: freepik.com



A Arte de Cultivar Sonhos e Transformar Vidas em um Centro da Criança e do Adolescente

Por Cássio Giorgetti

Conheça a história da Elisângela Maria da Silva Paes, a dedicada gerente do CCA Seara Bendita. Com uma trajetória de 16 anos, ela usa sua formação em biologia para liderar um espaço que vai além do lazer, promovendo inclusão, respeito e transformação na vida de 371 crianças e adolescentes, destacando-se por sua abertura para diálogo e inovação.



CCA Seara Bendita Foto: Arquivo Pessoal.

- “Elis, Elis”... repetia com entusiasmo a voz que se misturava ao eco das passadas velozes que subiam os degraus. Uma voz masculina, jovem, intensa, mas igualmente doce e afetuosa. O dono da voz, já acostumado em ver a porta com a qual se depara no fim da escada sempre aberta, entra sem hesitar, esbaforido, e se atira aos braços calorosos de Elis.

Quería contar uma novidade: tinha sido aprovado no vestibular.

Elis é Elisângela, gerente do Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Seara Bendita, na região de Americanópolis, zona sul, e a porta sempre aberta no fim da escada é a de sua sala. O novo universitário, morador do bairro, tinha frequentado o CCA durante toda a adolescência. Agora, ini-

ciando a vida adulta, retornava para compartilhar conquistas importantes com uma das pessoas que mais a apoiaram. “É como música para os meus ouvidos, escutar os ex-usuários contarem que tudo está dando certo, quando se realizam e tomam as melhores decisões”, afirma Elisângela, sem esconder a emoção.

CCAs: A Importância na Política Pública para Crianças e Adolescentes

Os CCAs, dentro da política pública, são serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social através das supervisões regionais. Oferecem uma programação de atividades lúdicas, de convivência, lazer e aprendizado a crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos e têm a importante função de atuar, comple-



Defesa Infantojuvenil

mentarmente, durante o período do dia em que os jovens estão fora da escola. As matrículas são efetuadas com a intermediação dos Centros de Referência de Assistência Social da região à qual o CCA pertence.

Elisângela é bióloga de formação e começou como professora voluntária dando oficinas de sexualidade para jovens de um projeto vinculado a uma organização social administrada pela Igreja Católica, antes de assumir salas de aula em escolas públicas e privadas. Foi, com o passar do tempo, se especializando e concluindo cursos relacionados à assistência social - área com a qual sempre teve ligação -, até que, há 16 anos, aceitou o convite para ser gerente de um CCA em Cidade Ademar, Zona Sul de São Paulo. Depois de encerrado esse longo ciclo foi contratada pelo CCA Seara Bendita, que atualmente atende 371 crianças e adolescentes e 279 famílias.

Mais que Diversão, uma Experiência Educativa

Lá, separam-se as turmas por faixa etária, cujas características e especificidades são observadas criteriosamente tanto no processo de criação quanto de execução das atividades. O espaço da brinquedoteca, por exemplo, é de uso exclusivo das crianças, enquanto os adolescentes encontram na sala de jogos atividades que estimulam a convivência e a socialização. Aliás, quem pensa que o CCA é apenas um lugar para brincar está redondamente enganado. Toda programação oferecida, das menos às mais complexas, deriva de



Elisângela Maria da Silva Paes. Foto: Arquivo Pessoal.

muita pesquisa e estudo por parte dos profissionais que atuam no serviço. Sobretudo, a compreensão e o respeito às diferenças surgem como componentes importantes no desenvolvimento das ações. “São atividades para incluir sempre, jogos cooperativos, a gente tem um acervo de material esportivo muito bom e trabalhamos a inclusão e a diversidade através do esporte. Compramos bolas com guizo, mesmo que não tenhamos aqui nenhuma pessoa com deficiência visual, com o propósito de proporcionar antecipadamente essa vivência às crianças e adolescentes e nos prepararmos para quando recebermos um”, conta Elisângela.

A Avaliação Contínua para Medir Impactos e Promover Inclusão

Essa forma de trabalhar, em que se almeja garantir que os jovens adquiram benefícios por meio



Nos acompanhem
pelas redes sociais







Defesa Infantojuvenil

de cada uma das atividades promovidas, requer, além do planejamento, um acurado regime de avaliação de resultados. Nesse sentido, os profissionais do CCA Seara Bendita lançam mão de dois indicadores principais para estimar a eficiência das atividades: o dia a dia e a opinião dos frequentadores. A gerente acredita que “uma situação dentro da rotina já é um diagnóstico, a fala de uma criança ou o gesto de um adolescente podem ser uma oportunidade para planejarmos novas ações de inclusão”. Ela conclui a reflexão recordando o caso de um menino com autismo que chegou há 5 meses no serviço. Através de um trabalho de sensibilização, as outras crianças do CCA puderam compreender que o barulho excessivo do parquinho gera incômodo em uma pessoa com autismo e passaram a acolhê-lo, levando-o, nessas ocasiões, para ambientes mais silenciosos. Elisângela também chama atenção para a necessidade de “reconhecimento das deficiências não aparentes”, que, diferentemente das deficiências de ordem física, não se manifestam de forma evidente aos olhos das pessoas e por isso podem ser negligenciadas dentro do serviço. Com relação à opinião dos frequentadores, tornar cada criança e adolescente, que se utiliza do CCA Seara Bendita, protagonista das atividades das quais participa, é mais do que um objetivo, trata-se de um princípio norteador do próprio trabalho.

Essa é a razão para que a porta da

gerência permaneça aberta. Quem cruzá-la, sozinho ou em grupos, será chamado pelo nome e poderá falar sobre o que quiser, desde sugerir itens para o cardápio de refeições até propor as formas de funcionamento das mídias sociais do CCA. E quem estiver do outro lado da mesa escutará com empatia, interesse e respeito à individualidade de cada um. Elisângela traz novamente a discussão para a realidade ao mencionar outra situação, bem recente, com a qual se deparou na rotina de trabalho: “Uns dias atrás, um educador me procurou e disse que queria fazer uma atividade de um jeito diferente do que havia combinado anteriormente com os adolescentes. Eu respondi, vai lá e pergunta o que eles acham porque eu não vou autorizar você a mudar o que foi decidido com eles”.

A Expressão em Meio à Vulnerabilidade

A liberdade de expressão, integralmente valorizada no CCA Seara Bendita, é garantida no artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, bem como no artigo 13 da Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1989. No entanto, a realidade mostra que as leis quase sempre se restringem ao que está impresso no papel, principalmente em territórios de alta vulnerabilidade como Americanópolis. Os altos índices de violência, a proliferação das drogas, a falta de equipamentos públicos direcionados à cultura e prática esportiva são apenas alguns dos problemas que atingem as co-



Defesa Infantojuvenil

munidades. Nesse contexto, as ferramentas utilizadas pelos jovens para se expressar tendem a reproduzir situações de violação de direitos sofridas dentro de casa e também nas ruas. Ou seja, muitas vezes, eles não estão acostumados a demonstrar sentimentos, se expressar ou construir relações através do diálogo, ao exercício de saber falar e escutar; um conjunto de recursos que, por não estarem ainda devidamente assimilados, acabam sendo substituídos pela violência verbal e física. “A meninada vem à minha sala, quando são chamados, já esperando bronca, meio arredios e prontos para se defender. E se surpreendem quando percebem que estou aqui para compreender e reconhecer a identidade deles”, confirma Elisângela.

Interpretar as diferenças inerentes às trajetórias de vida, incluindo a necessidade de lidar com a vasta diversidade de personalidades, de experiências pregressas no âmbito individual e coletivo, são desafios que se apresentam diariamente aos profissionais do CCA. Não permitir que o excesso de demandas e as atribuições costumeiras desviem seus olhares, no sentido de não mais distinguirem em cada uma das 371 sementes plantadas naquele jardim fecundo, uma história. Ou que suprima a capacidade de se solidarizarem com histórias carregadas de contradições, fragilidades, sofrimentos e rupturas, admitindo, ao mesmo tempo, que os vínculos formados dentro do CCA não substituirão os que foram dilacerados fora dele – pela ação, omissão, ausência ou limitação de mães, pais,

madrastas e padrastos, familiares -, mas são imprescindíveis a jovens tão carentes de referências e apoio.

Famílias Fortalecidas

Para o enfrentamento dos enormes desafios, Elisângela investe no trabalho com as famílias. As reuniões de fortalecimento de vínculo com os familiares das crianças e adolescentes matriculados no CCA ocorrem frequentemente e nelas são discutidos assuntos de interesse coletivo, como mediação de conflitos, violência doméstica e questões relacionadas ao funcionamento do serviço. Os casos isolados e os problemas individuais são tratados de forma reservada, em uma sala fechada, resguardando a identidade e respeitando a privacidade das pessoas envolvidas. As reuniões também acabam se tornando um espaço de apoio mútuo para as famílias, que podem compartilhar opiniões a respeito das situações de conflito que vivenciam e encontrar, nas próprias ações, saídas para problemas comuns. Conflitos que podem ser desencadeados pelas mais diversas conjunturas como divórcio, desemprego e alcoolismo. Tudo isso gera mudanças no comportamento da criança, que inevitavelmente transparecem no decorrer das atividades dentro do CCA.

Um dos temas que mais repercutiram nas reuniões com as famílias foi a “lei da palmada”, de 2014 - posteriormente rebatizada como “lei menino Bernardo” -, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente proibindo o uso de castigos físicos ou tratamento cruel na educação



Defesa Infantojuvenil

infantil. Um dilema para mães e pais que, em muitos casos, foram criados e formados dentro de uma cultura inversamente proporcional às orientações que agora devem obedecer em relação aos filhos. Disso resulta a falta de compreensão de uma boa parte dos responsáveis quanto aos traumas que carregam e também ao fato de que, ao bater, estarão reproduzindo esses mesmos traumas às gerações seguintes. “Em uma das reuniões, uma mãe desabafou que o filho a desafiava o tempo inteiro e ela reagia dando tapas no traseiro do menino, no que eu argumentei, e quando é você que desafia alguém, quem te dá um tapa no traseiro? “, diz Elisângela, complementando em seguida: “a mão que dá carinho não é a mesma que vai bater. Não são situações fáceis de sustentar. Os conflitos no CCA fazem parte de algo extremamente complexo. As mães me ligam frequentemente para pedir orientação, relatar problemas de convivência familiar e eu não dou conta sozinha, peço apoio da minha equipe técnica do CCA, dos educadores e do CRAS CIDADE ADEMAR - gestora, equipe de PAIF e rede de serviços da SAS-AD”.

Ela também encontra suporte nos grupos de trabalho formados por trabalhadores da rede socioassistencial vinculados à supervisão regional de Cidade Ademar, sobretudo da Proteção Básica, à qual pertencem os serviços que atuam na prevenção de violação de direitos, como os CCAs. Em 2009, criou-se um grupo de trabalho para o debate e o desenvolvimento de atividades voltadas

à questão da violência contra crianças e adolescentes. Nos encontros, são realizadas capacitações que têm por objetivo preparar os profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes para lidar com os casos de violência doméstica identificados nos serviços. A questão é abordada com os usuários e familiares, por meio de atividades nas quais se discutem formas de prevenção e enfrentamento à violência no distrito de Cidade Ademar e Pedreira.

O apoio também vem de outros grupos de trabalho formados por gerentes, gestores de parceira e SAS-AD, tais como: alimentação saudável, FutArte, concurso cultural, comunicação não violenta e seminários com temáticas transversais. “ Eu trabalho em um território onde o olhar do outro complementa o meu”, afirma a gerente do CCA.

Elisângela fez uma promessa ao seu pupilo antes de vê-lo deslizar escada abaixo e ganhar a rua. Estaria presente, daqui a 4 anos, na cerimônia de formatura. Tinha acabado de sentar na cadeira para prosseguir com a tarefa que cumpria ao computador, quando escutou novamente: “ Elis, Elis...” E Elis sorriu.



Imagem: Freepik.com





Paratodos

Mulheres Transformam Solidão em Apoio



Imagem: Freepik.com



Movimento de Mulheres Transforma Solidão em Apoio para Mães e Crianças com Deficiência em São Paulo

Há quase 20 anos, um grupo de mulheres, sensíveis à solidão enfrentada por mães de crianças com deficiência, iniciou um trabalho voluntário na Zona Noroeste de São Paulo. Esse movimento solidário teve origem nas escolas e instituições de educação dos bairros vulneráveis próximos à Rodovia Anhanguera, evoluindo ao longo do tempo para se tornar o Núcleo de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência (NAISPD) em Perus, integrando a Rede da Assistência Social do Município de São Paulo.

Através da organização social, o movimento conseguiu criar um ambiente onde mães e crianças com deficiência encontram oportunidades para conviver e compartilhar experiências. As realizações tornaram-se visíveis, dando vida ao NAISPD.

Testemunho de Transformação: O Caso de Solange Maria de Souza

Solange Maria de Souza é uma dessas mães que testemunharam a ampliação do núcleo de apoio, iniciado com o Projeto Criando Asas. Ao longo de duas décadas, seu filho participou ativamente do núcleo, evoluindo significativamente. “O projeto é essencial na minha vida e na vida do meu filho, que evoluiu muito e, agora, até toca instrumentos”, expressou Solange.



*Sandra dos Santos Gonçalves.
Foto: Arquivo Pessoal.*

A solidão, como todo sentimento, é algo que não se pode colocar numa balança ou numa escala de medição. Mas a solidão das mães de filhos com deficiência talvez seja, não maior nem pior, mas mais abrangente. O preconceito, o estigma e o isolamento vêm de muitos lugares, da sociedade, da comunidade, às vezes da própria família. É o peso do olhar alheio, piedoso, pejorativo, recriminatório e que atinge duas vezes. Recai primeiro sobre aquele a quem amam e cuidam incondicionalmente, depois sobre elas próprias. É a dor que se sobrepõe à própria dor.



Paratodos

Ampliando o Alcance: NAISPD I, II e III

Inicialmente, o NAISPD I atendia apenas crianças de 0 a 6 anos. No entanto, diante da necessidade de proporcionar assistência integral, o grupo percebeu a importância da expansão. Surgiram os subsequentes NAISPD II e III, ampliando a faixa etária para incluir crianças com mais de 6 anos. Desde 2010, Sandra dos Santos Gonçalves gerencia o núcleo, acompanhando a evolução do trabalho que, atualmente, atende 65 pessoas.

Enfrentando Desafios e Reflexões sobre a Inclusão

Sandra reflete sobre a atividade que realiza e a condição da pessoa com deficiência. “Existe uma invisibilidade total da pessoa com deficiência na sociedade”, afirma, especialmente em lugares remotos e populosos, como Perus. O NAISPD enfrenta desafios significativos, combatendo o preconceito e a invisibilidade que as pessoas com deficiência sofrem. A gerente destaca o papel crucial do NAISPD na desconstrução de preconceitos para equiparar os direitos das pessoas com e sem deficiência.

O NAISPD enfrenta dificuldades, incluindo a escassez de recursos e a falta de profissionais qualificados. Sandra fala sobre a importância de ouvir os usuários e construir os serviços públicos considerando suas necessidades, garantindo voz e protagonismo às pessoas com deficiência.

Vencendo a Invisibilidade com Esforço e Dedicção

Solange Maria destaca o esforço necessário para sair da invisibilidade. “Eu pegava seis conduções, três para chegar no projeto e três para voltar para casa. Trazia comigo os meus dois filhos. O mais velho ficava jogando capoeira, enquanto o mais novo fazia o tratamento. Hoje, um tem 23 anos e outro, 25 anos de idade. Enfrentei muitas dificuldades com meu filho que tinha problemas motores. Mas, valeu a pena: o projeto sempre ajudou e me orientou. É um lugar que amo.”

Promovendo a Inclusão Verdadeira:

A Importância das Ações Diárias

Para promover a inclusão verdadeira, o NAISPD realiza ações diárias,



Imagem: Freepik.com



Paratodos

como oficinas, rodas de conversa e atividades socioeducativas, além de passeios e ações na comunidade. A pedagoga Sandra destaca a necessidade de quebrar barreiras externas, desafiando o capacitismo e envolvendo a comunidade em atividades socioeducativas.

Desafios dos Equipamentos Públicos e a Busca por Soluções

A complexidade do tema exige o aprimoramento dos equipamentos públicos. Os serviços públicos, embora preparados para atender pessoas com deficiência, muitas vezes não conseguem oferecer respostas imediatas às dificuldades enfrentadas por elas. O NAISPD enfrenta o desafio de atuar de maneira articulada com outros serviços públicos, superando a escassez de recursos e a falta de profissionais qualificados.

Construindo Equipamentos Públicos com Empatia e Participação

Apesar das limitações de recursos, os equipamentos públicos não devem representar uma barreira no atendimento. Sandra destaca a importância de construir esses equipamentos em colaboração com as pessoas, dando-lhes voz, protagonismo e exercitando a empatia. Para ela, é crucial mostrar à sociedade que as pessoas com deficiência têm a capacidade de se reinventar.



*Solange Maria de Souza com o filho Wagner.
Foto: Arquivo Pessoal.*

Solidão das Mães e a Busca por Alívio

Apesar da admirável determinação, Sandra não conseguiu, ao longo dos 14 anos de dedicação ao NAISPD, adquirir imunidade em relação aos efeitos da solidão. Não a sua própria solidão, mas a das mães com quem convive. “O que mais me marca é a solidão da mulher, mãe das pessoas com deficiência, que se tornam mães solo, pois a rede de apoio – maridos, família e amigos – desaparece. A solidão aparece em todas as conversas que tenho com as mulheres. No NAISPD elas partilham essa dor.” Ao assumir parte dessa solidão, Sandra busca aliviar o sofrimento que essas mulheres carregam.





Observadores Sociais

Inclusão Social e Proteção dos Direitos



Região de Perus. Foto: Arquivo Pessoal.



Observadores Sociais

Centros de Referência de Assistência Social são Essenciais na Inclusão Social e na Proteção dos Direitos em São Paulo

Como observador da política de assistência social, Rodrigo Diniz, professor de Serviço Social, destaca a importância dos 54 CRAS da capital paulista, revelando o papel crucial dos centros de referência na mediação entre abandono e proteção social.



Rodrigo Diniz. Foto: Arquivo Pessoal.

Um cartaz no corredor de entrada do centro de referência onde o professor Rodrigo Diniz, da Pós-graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trabalha, indica a importância da cultura nas ações de assistência social. O aviso convoca para a XIV Mostra Cultural dos Serviços Socio-assistenciais, uma exposição cultural com a participação de usuários

e da comunidade. Diniz explica que anualmente escolhem um tema mobilizador, promovem formação e discussões entre trabalhadores e usuários, resultando na criação de produtos culturais e artísticos para a exposição.

O CRAS: Equipamento Público Essencial do SUAS

A exposição artística é uma das iniciativas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde Diniz atua. Com 54 CRAS espalhados por São Paulo, esses locais oferecem orientação e atendimento à população, permitindo acesso a programas, benefícios e projetos sociais. Os centros de referência têm como objetivo estabelecer confiança e proximidade com a comunidade, facilitando a inclusão das pessoas nas políticas públicas de assistência, garantindo segurança de acolhida, convívio, renda e autonomia. “O CRAS é uma política pública que está literalmente aberta à população, está disponível para que as pessoas possam ser acolhidas e orientadas para o acesso aos direitos”, conta Rodrigo.



Observadores Sociais

Mediação entre o Abandono e a Proteção Social.

Diniz destaca que a Política de Assistência Social, embora não possa resolver todas as questões relacionadas à pobreza, exclusões, violências e desigualdades por si só, desempenha um papel fundamental como mediação para garantir o direito à proteção social.

“Especialmente, numa sociedade em que o processo de exclusão e desigualdade é parte intrínseca da forma e do modo de produção, numa realidade econômica como a da cidade de São Paulo.” Ele, também, enfatiza a importância de adentrar os territórios para compreender os vazios socioassistenciais, superando desafios como a falta de recursos e o desconhecimento sobre os serviços dos CRAS, especialmente em regiões periféricas.

Compreender as Expressões das Desigualdades Sociais

Uma política pública ativa, segundo Diniz, possibilita o desenvolvimento de ações coletivas em territórios vastos, como o de Perus. “Todo o trabalho social deve fazer sentido para aquela pessoa que precisa acessar direitos, mas não sabe exatamente quais são, como e onde podem alcançá-los. Procuramos sempre estar próximos e não perder o contato com a realidade da população para



Região de Perus. Foto: Arquivo Pessoal.

entender as expressões da desigualdade social. A criação de vínculos é chave para o sucesso do nosso trabalho, pois permite dialogar com as pessoas para que possam entender seus direitos”, explica Diniz. A complexidade desse trabalho ganha uma camada de dificuldade quando é confrontado pela necessidade de manter e alimentar o banco de dados com informações quantitativas sobre os atendimentos. Para Diniz, o preenchimento de planilhas é uma das atribuições do assistente social que não pode ser menosprezado, mas não deve ser a prioridade. “Nosso desafio hoje é não cair na burocratização”, ressalta. “O excesso de papéis e a falta de pessoal impedem que se invista mais esforços, por exemplo, em ações coletivas de aprofundamento nas relações com a comunidade e na formação de grupos para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ou para o Serviço de Atendi-



Observadores Sociais

mento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAE-FI) - que tiveram os direitos violados”, completa.

Essencial Troca de Experiências entre os Trabalhadores da Assistência Social.

Rodrigo enfatiza a necessidade de interlocução entre serviços de diferentes territórios para o aprimoramento técnico e aprendizado coletivo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). “É preciso que a gente possa trocar ideias, metodologias de trabalho, saberes e acúmulos de nossas práticas e compartilhar as estratégias utilizadas pelos diferentes serviços no enfrentamento das dificuldades que se apresentam nas rotinas de trabalho”, explica.

Riquezas do Sistema Único de Assistência Social.

Rodrigo destaca duas fontes cruciais de riqueza do SUAS: trabalhadores engajados e a diversidade dos usuários. Alerta para a possibilidade de uma assistência moralizante devido à falta de tempo para reflexão, considerando a importância de compreender os usuários como sujeitos de direitos e evitar reforçar estereótipos sociais. E va-



Imagem: Freepik.com

loriza a diversidade de mulheres, homens, idosos, LGBTQIA +, crianças e adolescentes, que muitas vezes enfrentam estigmatização. Fala da importância da empatia e da identificação de sentimentos políticos. Nos atendimentos que faz no CRAS, conhece moradores engajados, como artistas, ativistas e líderes territoriais, que não se calam diante das desigualdades, exercendo vigilância social e reivindicando serviços, demonstrando uma forma importante de atuação política. “Esses são pontos críticos a serem considerados pelos profissionais do Sistema Único da Assistência Social”, finaliza Diniz.



Intersectorial

Uma rede transversal e intersectorial salva vidas

Por Cássio Giorgetti

No Brasil, muitos desafios ainda se impõem para que as políticas intersectoriais atinjam um nível de articulação que garanta à população de rua total cobertura de seus direitos.



Suzana Siniscalco de Oliveira. Foto: Arquivo Pessoal.

Um cheiro forte e difícil de identificar empesteia a atmosfera do enorme galpão instalado dentro da Subprefeitura de Pinheiros, em São Paulo. Diariamente, toneladas de materiais recolhidos das ruas são levadas para lá pelas equipes de zeladoria urbana, um órgão diretamente subordinado à Subprefeitura Regional. Restos de móveis, carroças, eletrodomésticos e pilhas de colchões esfarrapados ocupam o local, enquanto sacos plásticos recheados de roupas, cobertores, papéis e outros objetos dominam a maior parte do recinto.

É no meio de um desses sacos que Airton encontra uma fotografia três por quatro de uma criança, uma menina de olhar doce e cabelos enrolados, com uma data anotada na parte de trás: 11/07/1988. Airton, fun-

cionário da zeladoria urbana de Pinheiros, desempenha a função de desembalar as coisas que chegam ao galpão e, conforme o estado de conservação ou valor, descartá-las ou guardá-las. Ao segurar a fotografia entre as pontas dos dedos, observa com curiosidade antes de atirá-la no recipiente destinado ao material que deve ir para o lixo, um latão enferrujado pintado de cinza. Prestes a afundar os braços em outro saco plástico, a expressão de seu rosto muda abruptamente, como se tivesse lembrado de algo importante. Corre de volta ao latão e começa a vasculhar ansiosamente entre os cacarecos que estão na superfície, até alcançar o que procura: a fotografia da menina de cabelos enrolados. Airton assopra o pequeno quadrado de papel, sorri e o coloca no bolso do jaleco.

A lembrança que o atinge em cheio, fazendo-o mudar de atitude em relação à foto, vem da atividade de formação da qual o jovem funcionário participou recentemente. O aperfeiçoamento foi promovido pela equipe da Rede Rua - Rede Intersectorial da População de Rua - um grupo de trabalhadores ligados a serviços de saúde e assistência social na região de Pinheiros, cujo objetivo é



Intersectorial

promover a articulação dos diversos agentes públicos que atuam com a população em situação de rua. Cabe uma observação para evitar a confusão entre a Rede Rua de Intersectorialidade e a Associação Rede Rua, uma importante organização da sociedade civil que desenvolve ações de comunicação, educação, cultura e articulação social com a população em situação de rua desde 1991.

Objetos de distinção pessoal.

No caso das equipes de zeladoria urbana, o trabalho dos agentes é fiscalizar os territórios e não permitir que os materiais se acumulem nas vias públicas, removendo-os para o galpão com o apoio de caminhões. Entre os objetos, há aqueles que não servem apenas como peças de decoração para as pessoas em situação de rua. São itens vitais que fazem parte das estratégias utilizadas por essa população para enfrentar fome, sede, frio e violência, possuindo valor legal, pessoal e afetivo, como documentos, remédios e fotografias, como a que Airton encontrou no depósito da subprefeitura de Pinheiros. Durante a atividade de formação organizada pela Rede Rua de Pinheiros, Airton e os demais agentes puderam não apenas compreender melhor alguns aspectos da dura realidade das pessoas em situação de rua, mas também falar sobre a situação do próprio trabalho, compartilhar experiências, tirar dúvidas e avaliar estratégias de abordagem coletivamente.

Para Airton, os sacos plásticos espalhados pelo chão do galpão já não estão cheios apenas de coisas inseríveis, mas de fragmentos de vidas despedaçadas. A formação despertou nele a sensibilidade para perceber que a foto daquela menininha, aparentemente sem valor, talvez represente, para uma pessoa em situação de rua, a única imagem alcançável de alguém importante – quem sabe uma filha, cujo nome carrega na pele em forma de tatuagem – ou ainda o último vestígio de um tempo do qual restam apenas saudades. Tanto que, no mesmo dia em que encontrou a foto, Airton decidiu procurar seu supervisor para informá-lo do seu desejo em ir pessoalmente devolvê-la ao dono.

Os bons resultados das atividades intersectoriais de formação.

A enfermeira Katia Amirati, assessora técnica da Supervisão de Saúde, integra a Rede Intersectorial da População de Rua nos territórios de Pinheiros e Lapa e foi uma das responsáveis pela realização da atividade de formação com os agentes da zeladoria urbana. Estiveram presentes também servidores da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, profissionais de saúde, representantes da sociedade civil e movimentos sociais. “Podemos explicar aos agentes quais são os impactos na saúde mental de uma pessoa em situação de rua quando, numa ação de zeladoria urbana, algum pertence de valor pessoal



Intersectorial

acaba sendo descartado”, conta Katia. Segundo ela, foi um momento de aperfeiçoamento das boas práticas. Hoje, conversamos com o chefe da zeladoria urbana e conseguimos combinar, por exemplo, que eles não passem em determinados locais em dias de chuva ou frio, ou quando as pessoas daquele lugar estão ausentes porque foram tirar documentos ou a uma consulta médica”, explica.

Outro efeito positivo do encontro foi adicionar mais alguns tijolos na construção gradual da relação mais estreita entre agentes da zeladoria urbana e profissionais de saúde que atuam na região de Pinheiros. Uma delas recomenda que os agentes acionem as equipes de saúde sempre que localizarem uma pessoa em situação de rua precisando de cuidados. “Temos tido boas experiências com uma equipe de zeladoria urbana e conseguimos firmar boas parcerias. Já estamos pensando em um segundo encontro de formação”, ressalta Katia.

Por isso, ampliar o trabalho realizado com a zeladoria urbana de Pinheiros para as demais regiões da cidade é o desejo de Katia e da Rede Rua de Intersectorialidade. “Temos divulgado o resultado positivo em outros espaços como uma prática que é possível alcançar. Isso me deixa muito feliz e



Kátia Amirati. Foto: Arquivo Pessoal.

só reafirma que o trabalho intersectorial é o caminho para ganharmos qualidade no cuidado das pessoas em situação de rua”.

Políticas transversais.

O advento de legislações específicas do município de São Paulo (a Lei 12.316 de 1997, que consolidou os direitos da população de rua e o Decreto 40.232 de 2001, que regulamentou a lei) trouxe luz ao debate da intersectorialidade e sublinhou a necessidade de políticas transversais. Suzana Siniscalco de Oliveira Costa, psicóloga, coordena o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) no distrito da Lapa, buscando elevar a formação da equipe social



Intersectorial

que atua na abordagem e encaminhamento de pessoas em situação de rua. Ela relata ações importantes realizadas nos últimos anos, como a realização de seminários, apresentação de propostas de construção de outras políticas públicas e o apontamento da necessidade de criação de novos serviços e modalidades de atendimento.

“Muita gente que deu início à Rede Rua da Lapa não está mais e quem chegou depois, às vezes, nem sabe que a iniciativa foi construída há bastante tempo. O começo foi difícil, a gente não tinha articulação nenhuma com a saúde, foi um árduo e persistente processo de construção que resultou nas parcerias que temos hoje”, recorda Suzana. Existem na região da Lapa casos de homens, mulheres e crianças expostos por longos períodos às dificuldades da vida nas ruas e que, por necessidade, aprenderam a se adaptar criando os próprios meios de obter renda, abrigo e alimentação. Integram um perfil da população de rua pouco receptivo a propostas de acolhimento institucional, justamente pela relativa autossuficiência adquirida, que não os torna, entretanto, imunes ao surgimento de doenças crônicas e outros graves problemas de saúde. Por essa razão, a criação de uma relação de confiança com pessoas para as quais a rua já assume uma condição talvez definitiva, a interlocução com outros serviços, sobretudo da saúde, é crucial.

Suzana é contundente ao afirmar que “o trabalho intersectorial afeta a vida das pessoas porque uma pessoa acompanhada por uma rede intersectorial é assistida. Já tivemos casos muito graves aqui na Lapa, de pessoas em situação de rua que só não morreram ao relento porque existe uma rede intersectorial que possibilitou vagas em residências terapêuticas. Uma vaga improvável, que não surgiria sem a existência da rede”, complementa a gerente do SEAS Lapa. Ela ressalta também a necessidade de articulação com outra secretaria específica, a da Habitação. “A situação de rua também é um caso de moradia. Temos várias situações nas quais precisamos do apoio da Habitação”, complementa.

No Brasil, muitos desafios ainda se impõem para que as políticas intersectoriais atinjam um nível de articulação que garanta à população de rua total cobertura de seus direitos. “Para vencermos a fragmentação das políticas públicas é preciso muita capacitação e diálogo”, conclui Suzana. O que profissionais como Katia, Suzana e demais participantes da Rede Rua Pinheiros e Lapa propõem é sair do quadrado, romper as barreiras históricas que dificultam e, às vezes, impedem a articulação de ações entre as instâncias governamentais.





Atenção Psicossocial e Saúde Mental: Desafios e Boas Práticas na Rede de Serviços Socioassistenciais na cidade de São Paulo

A complexidade da saúde mental exige produção interdisciplinar. Uma análise profunda do serviço social revela carências de pesquisa na área. Conheça os obstáculos e soluções para promover o bem-estar.

Em meio aos desafios enfrentados pelos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destaca-se a carência de estudos no Serviço Social, revelando uma lacuna preocupante na compreensão da saúde mental do trabalhador. Para suprir a falta

de literatura, o professor Anderson Rosa, mestre e doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e docente do departamento de Saúde Coletiva, realizou cursos em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) com a temática Saúde Mental do trabalhador do SUAS. “É preciso transformar o sofrimento em diálogo e criar o espaço de escuta e cuidado para os trabalhadores da assistência social, gerar uma experiência coletiva que fortaleça a saúde mental”, explica Rosa.



Imagem: Freepik.com

No âmbito dos dados epidemiológicos, surgem discrepâncias na produção acadêmica, evidenciando a abundância de informações sobre o tema, principalmente entre profissionais da área da saúde e pouco aprofundamento no que compreende os trabalhadores do SUAS. A escassez de estudos impede uma visão mais abrangente e propositiva, especialmente relacionada ao trabalhador do SUAS.

Com a falta de compreensão dos fatores de risco específicos para o adoecimento dos profissionais do SUAS,



Saúde Mental do Trabalhador



Anderson Rosa. Foto: Arquivo Pessoal.

os desafios na prevenção são evidentes. Para Rosa, a abordagem preventiva deve considerar as dimensões institucionais de Municípios, Estados e União para melhorar as condições de trabalho e promover hábitos saudáveis e autocuidados. “Para além do diagnóstico, dialogar sobre o sofrimento, as lutas e as potencialidades de cada um é vital para o cuidado integral do trabalhador”, afirma Rosa.

A saúde mental dos trabalhadores terceirizados marca outra preocupação, principalmente para o registro e análise da situação, uma vez que as informações dos terceirizados não são capturadas facilmente pelos dados públicos. “Sabemos que as desigualdades sociais tornam-se evidentes pelo difícil acesso ao serviço de apoio à saúde mental no trabalho diante de remunerações baixas e limitações na rede de atenção psicossocial”, conta Rosa.

Encontros e formações são o caminho para soluções

No campo das soluções, os encontros e as formações são caminhos que podem fortalecer o apoio mútuo e a capacitação. A criação de espaços para o diálogo, como supervisões coletivas, promove a comunicação entre os trabalhadores, criando um ambiente de apoio e reflexão sobre os estresses decorrentes do trabalho, o que pode contribuir para o fortalecimento do serviço social



Saúde Mental do Trabalhador

na Rede de Atenção Psicossocial e Saúde Mental. “Promover a saúde mental é uma jornada coletiva. Nas aulas foi evidenciado não só desafios, mas também práticas positivas. Construir o equilíbrio emocional é um compromisso constante”, explica.

Na tentativa de minimizar o sofrimento dos colegas de seu território, uma trabalhadora do SUAS, que manteremos no anonimato em respeito ao processo, reúne a cada dois meses trabalhadores da Assistência Social para aprofundar o tema com uma metodologia coletiva e dialógica. “São encontros de 3 horas que funcionam como um espaço de escuta e de cuidado com os trabalhadores”, explica. Avaliações anônimas evidenciam que essa prática fortaleceu

vínculos e promoveu melhorias nas relações profissionais. Os resultados incluem maior comprometimento e conhecimento mútuo e demonstram o impacto positivo dessas iniciativas na saúde mental dos trabalhadores do SUAS. “Nunca tivemos um espaço como esse. As reuniões fortalecem laços, proporcionam reflexões, desmistificam os estigmas e permitem maior compreensão entre colegas”, afirma.

No final, a trabalhadora concluiu: “tais fatos evidenciam a importância da construção de políticas públicas voltadas ao cuidado da saúde mental dos trabalhadores do SUAS, pois são eles que estão expostos dia a dia às manifestações, nem sempre agradáveis, da questão social que assola o país”.



Imagem: Freepik.com



Boas Práticas

Nesta edição, inauguramos a seção Boas Práticas com o relato de desafios e superações do médico Carlos Bezerra Jr. à frente da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo.

Uma Rede de Esperança Transformando Vidas em São Paulo

“Você pode sonhar, criar, projetar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo, mas são necessárias pessoas para fazer do sonho uma realidade”. A síntese dessa frase dita pelo Walt Disney é que uma caminhada com bons resultados é feita de maneira coletiva, jamais sozinho.



Imagem: Freepik.com

Desde que assumi a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da maior cidade da América Latina – e por consequência, a que tem os maiores desafios – eu percebi que mesmo que quisesse fazer algo sozinho, não conseguiria. Por dois motivos, para mim, muito claros: você está cercado de gente realmente comprometida e que acredita na Assistência Social como forma de melhorar o mundo; e a Secretaria é uma grande engrenagem que para funcionar depende de muitos braços em ação.

E aí, você pode estar se perguntando: com tantos desafios em São Paulo, que envolve milhares de vidas, por onde começar? A resposta é simples, comece escutando. Tem gente que chega e acha que precisa sair dando canetada em tudo, inventando a roda ou fazendo mais do mesmo.

Mas não faz o principal: ouvir quem atende e ouvir os atendidos. E foi daí que eu comecei o meu trabalho.

Nesses pouco mais de dois anos à frente da pasta, olho para trás e percebo a quantidade de realizações que conseguimos alcançar juntos. Fizemos a reforma em um centro de acolhida, remodelamos a rede rede socioassistencial, levamos equipamentos a lugares que demandavam, criamos novos modelos de atendimento, além da reformulação de dentro para fora, com a revisão das normativas (IN 03 e Portaria 46). Buscamos não apenas atualizar, mas aprimorar o funcionamento dos serviços.

Quando você se depara com realidades e demandas tão distintas umas das outras, você percebe que não dará conta de responder às necessidades das pessoas, fazendo só uma



Boas Práticas

coisa. A diversificação passou a ser a chave das nossas respostas.

Para a população em situação de rua, que não é um bloco homogêneo como muitos pensam, criamos as Vilas Reencontro com o foco de acolher famílias com crianças e em situação de rua por tempo máximo de 36 meses. Ou seja, prioridade em retirar as crianças desta condição para que elas não cresçam convivendo com a hostilidade da vida sem teto. Nesses espaços, além da cogestão realizada com os acolhidos que trabalham em diferentes grupos como os de alimentação, limpeza e horta, as crianças precisam estar em escolas ou creches e com suas carteirinhas de vacinação em dia. Já temos quatro vilas neste formato, que perfazem 248 unidades com 992 vagas, e estão previstos mais cinco equipamentos deste modelo a serem entregues neste ano.

Nossos avanços foram na direção de áreas ociosas do estado e construímos parceria para ressignificar os antigos espaços da Fundação Casa. Totalmente reformados, os prédios deram lugar ao acolhimento de famílias, e outras diferentes tipologias para abrigar pessoas em situação de rua. Quatro serviços já foram entregues, ampliando em mais 400 vagas de acolhimento da rede socioassistencial, e outros dois serão inaugurados este ano, com outras 100 vagas em cada um deles.

A SMADS fechou parcerias para garantir ainda mais 1.300 vagas de hospedagem e acolhimento em equipamentos especialmente voltados para as pessoas em situação de rua que têm dificuldade em permane-



Carlos Bezerra Jr. Foto: Arquivo Pessoal.

cer nos serviços convencionais da rede socioassistencial. Um deles é o do UNA, Unidade de Amor à Vida, administrado pelo Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, com 300 vagas. As outras 1000 vagas foram criadas em uma nova tipologia chamada Hospedagem Social, voltada às pessoas que, mesmo em situação de rua, estão inseridas no mercado de trabalho ou buscam por um emprego.

O trabalho incessante por dar autonomia às pessoas em situação de rua ganhou reconhecimento internacional e a adoção do Programa Reencontro como política pública garantiu a São Paulo o ingresso no seleto grupo de cidades que atuam com políticas sociais habitacionais inspiradas no Housing First (moradia primeiro). Em agosto, o prefeito Ricardo Nunes assinou o Acordo Internacional de Políticas Públicas de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua, um memorando



Boas Práticas

de entendimento para criar ações voltadas às Vilas Reencontro. Um tratado que tem como objetivo incluir São Paulo no programa internacional Vanguard Cities. Sua meta é apoiar o trabalho dos governos com a população em situação de rua em vários países do mundo.

Para além do acolhimento, instituímos o Auxílio Reencontro Família e o Auxílio Reencontro Moradia. Os benefícios são nos valores de R\$ 600 (quando há acolhimento de uma só pessoa) e de R\$ 1.200 (quando há o acolhimento de duas ou mais pessoas). O Auxílio Reencontro Família é pago para quem acolhe de volta em suas casas as pessoas ou famílias em situação de rua, já o Auxílio Moradia é feito diretamente aos proprietários de imóveis locados para acolhimento de uma única pessoa ou de uma família.

No entanto, ouvindo a própria rede socioassistencial, identificamos a necessidade de qualificar os profissionais que abordam as pessoas em situação de rua. Criamos, em abril de 2023, na Prefeitura de São Paulo, através da SMADS, o Projeto Ampara São Paulo, que tem um conceito complementar à abordagem já existente às pessoas em situação de rua na cidade. O foco no atendimento integral tem escuta e acolhimento feitos por profissionais interdisciplinares. Destes, 12% possuem trajetória de rua e 21% são LGBTQIA+. Aliado a essa tarefa diária e ininterrupta de abordagem social, criamos a Kombosa Cultural, que faz um atendimento itinerante pelo centro da cidade, sempre levando a arte, seja por brincadeiras lúdicas com as

crianças, ou pela leitura ou a música. Ao longo do ano, o Ampara SP fez 24.455 atendimentos, que resultaram em 7.029 encaminhamentos para os serviços de acolhimento.

Podemos dizer que 2023 foi um ano marcado por muitas parcerias (ACNUR, PAULUS 1, UNESCO, UNICEF, Unifesp, Banco Mundial), mas eu destaco a realizada já no final do ano com os coletivos que atuam há décadas na cidade, até então, sem nenhum respaldo do poder público, como o Anjos da Cidade.

Em 2023, a rede socioassistencial da cidade, que já é a maior da América Latina, continuou sendo expandida com a inauguração de 71 novos serviços espalhados por todas as regiões da capital. As novas unidades correspondem à criação de 7.200 novas vagas de acolhimento e convivência em serviços como Centros de Acolhida, Repúblicas, Vilas Reencontro, Núcleos de Convivência, Centros para Crianças e Adolescentes e diversos outros equipamentos da rede socioassistencial.

Sem tirar a atenção das demandas internas, fizemos a maior Conferência Municipal da Assistência Social, que ouviu demandas de todas as regiões da cidade, fizemos um grupo de mediação externa com a Defensoria Pública, oferecemos capacitação dos profissionais da rede por meio de parcerias como a realizada com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), e iniciamos uma série de formações no Espaso (Saicas, CCAs CCIInter, COMAS) além de debates por meio de seminários nunca antes realizados pela a SMADS, dentre eles, o



Boas Práticas

Seminário sobre o programa Família Acolhedora e o da Violência contra a Mulher, e o Envelhecimento Ativo da população LGBTQIAPN+.

No entanto, devemos lembrar que uma cidade tão complexa como São Paulo requer, além de programa e ações mais perenes, precisamos de iniciativas pontuais que deem conta de atender demandas específicas. Neste ponto, como ocorre em todos os anos, fizemos a Operação Baixas Temperaturas que só entre abril e setembro de 2023 levou à população mais carente da cidade mais de 2 milhões de itens entre sopas, pães, bebidas quentes e água, através das dez tendas espalhadas por todos os territórios da capital. A Saúde foi uma grande parceira e aplicou 4.920 vacinas contra Covid-19 e a Influenza neste período.

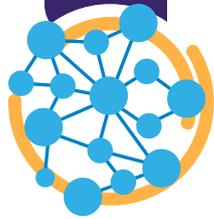
Pensando exatamente na questão da saúde das pessoas, de maneira inédita, a cidade contou com a Operação Altas Temperaturas, porque todos nós temos percebido os efeitos das mudanças climáticas no nosso dia a dia.

Mais uma vez, erguemos dez tendas para prestar toda a assistência necessária às pessoas em situação de vulnerabilidade que precisam se proteger da onda de calor, evitando insolação, desidratação e outros problemas que podem decorrer da exposição ao sol forte em dias mais quentes. A OAT teve início em setembro do ano passado quando mal debatíamos o fim da OBT. A nova operação entra em atividade todas as vezes que os termômetros ou a sensação térmica atingiram tempe-

raturas acima dos 32 °C, e funcionará até 31 de março. Em três meses, as tendas fizeram quase 850 mil atendimentos e distribuíram mais de um milhão e 900 mil itens, entre garrafas e copos de água, frutas e sucos.

E por último, mas longe de ser o menos importante, todo o trabalho realizado repercutiu no que a gente chama de “saída qualificada” da rede de acolhimento da cidade. 9.992 pessoas tiveram saídas qualificadas da rede. São indivíduos que voltaram a viver com as famílias, ou tiveram concluídos processos de adoção, conseguiram entrar ou retornar ao mercado de trabalho, ou ainda conquistaram autonomia para arcar com as despesas de uma moradia independentemente dos equipamentos da rede socioassistencial.

A rede socioassistencial da Prefeitura de São Paulo busca, diariamente, traçar um horizonte de esperança para aqueles que sonham em deixar a situação de vulnerabilidade social e em reconstruir sua vida fora dos serviços de acolhimento. Sem isso, muito pouco seria possível ser feito, mas é a certeza de que tijolo a tijolo, nós temos construído um verdadeiro exército de gente que vai à luta, dentro e fora da SMADS, e que planeja sonhos para se tornarem realidade, é que tem inspirado a cada um de nós a fazer o que fazemos, certos dos desafios que temos, mas também das conquistas possíveis de serem alcançadas ao longo do caminho.



SUAS em Números

A rede socioassistencial de São Paulo, mapeada em junho de 2023, inclui serviços diretos e parceiros. Há 54 CRAS, 32 CREAS e 6 Centro Pop na rede direta, e 336 OSCs oferecendo 1.373 serviços na parceirizada. Destes, 754 são de Proteção Social Básica, como SASF e CCA. A Proteção Social Especial conta com 246 serviços de média complexidade, como Núcleos de Apoio à Inclusão Social, e 373 de alta complexidade, como Centros de Acolhida.

REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – JUNHO/23

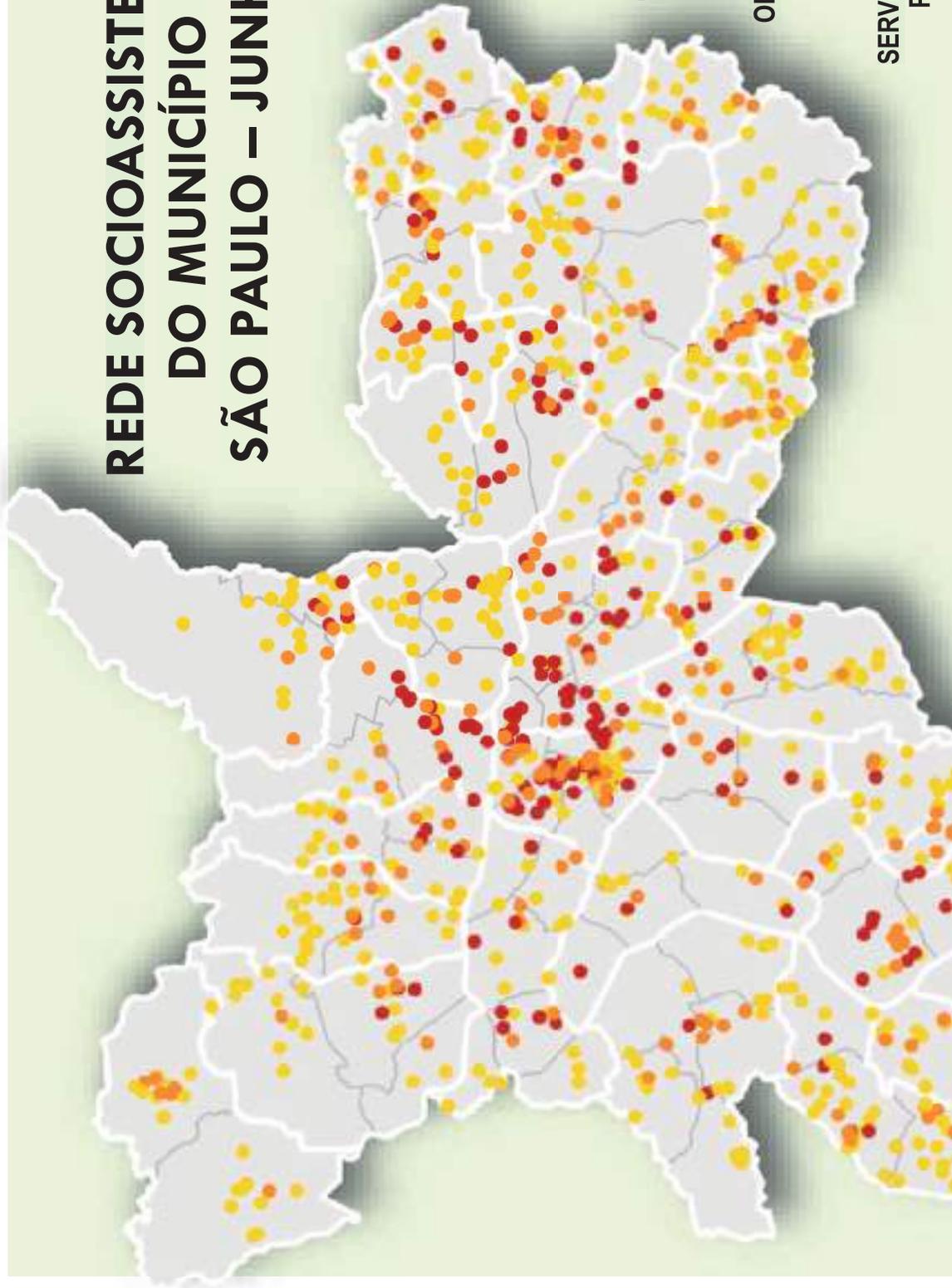
54
CRAS

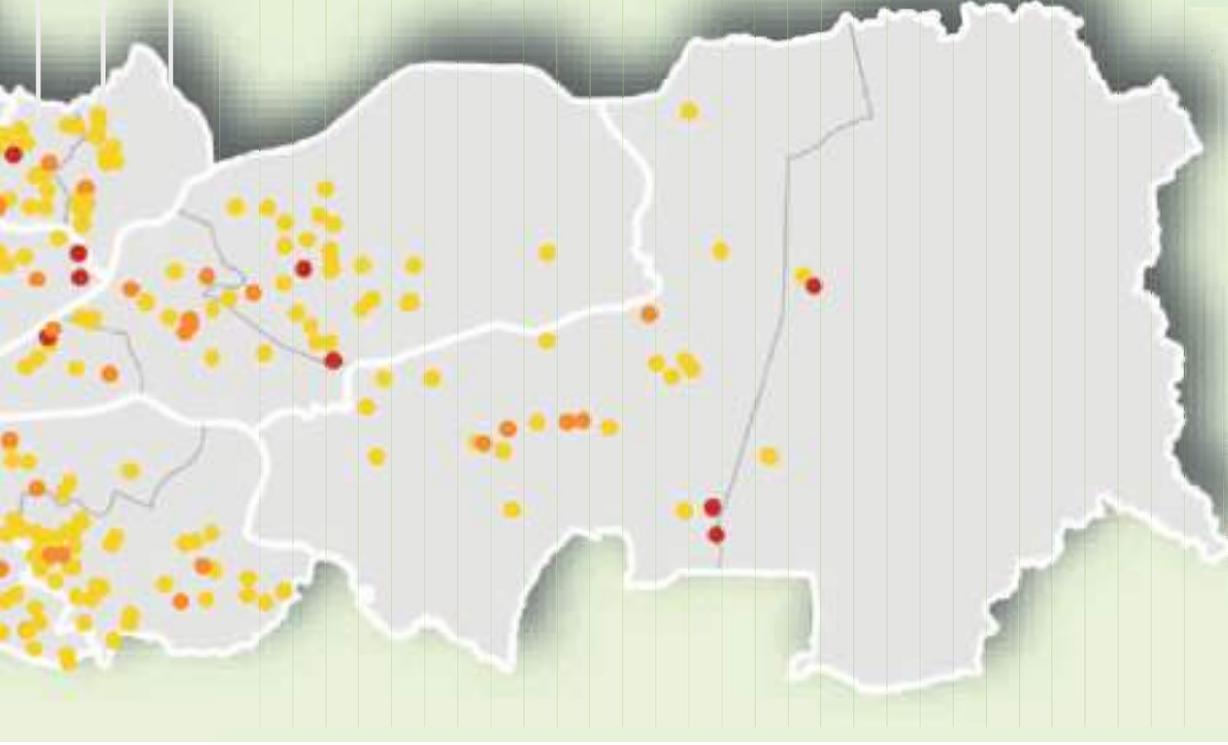
32
CREAS

06
CENTRO POP

336
ORGANIZAÇÕES

1.373
SERVIÇOS DA REDE
PARCEIRIZADA





- **754** serviços da Proteção Social Básica
- **246** serviços da Proteção Social Especial – Média Complexidade
- **373** serviços da Proteção Social Especial – Alta Complexidade

Autonomia em Foco	2
Bagageiro	1
Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua	77
Centro de Acolhida Especial	63
Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência	3
Casa Lar	10
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	16
Centro Dia Para Idosos	25
Centro de Acolhida Especial para Gestantes e Puérperas	1
Centro de Referência do Idoso	1
Família Acolhedora	5
Instituição de Longa Permanência para Idosos	17
Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	50
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência	37
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico	38
Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	12
República	35
Residência Inclusiva	27
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	132
Serviço de Assistência Social a Famílias e Proteção Social Básica no Domicílio	68
Centro para Crianças e Adolescentes	463
Centro de Convivência Intergeneracional	21
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos	65
Circo Social	5
Centro para a Juventude	39
Núcleo de Convivência de Idosos	90
Restaurante Escola	1
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua	31
Serviço de Alimentação Domiciliar para a Pessoa Idosa	1
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	37

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CGPAR – Junho/2023 • Elaboração: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/COVS/SPGEO – Janeiro/2024



Contribuindo com reflexões acerca da Política de Assistência Social



Desde 2003 o Espaço Público do Aprender Social (ESPASO) é responsável por planejar e executar as ações continuadas de formação para qualificar as equipes, sejam elas compostas por servidoras/es municipais ou trabalhadoras/es de organizações parceiras e representantes dos conselhos de direitos que compõem o Sistema Único da Assistência Social da cidade de São Paulo.

Nos acompanhem pelas redes sociais



Organização do ESPASO

O **ESPASO** compreende os seguintes setores:

Gestão do Espaço Público do Aprender Social – ESPASO;
Gestão de Projetos e Planejamento;
Gestão de Cursos e Relacionamentos;
Gestão de Suprimentos e Conservação;
Centro de Conhecimento da Assistência Social - CECOAS.

INFORMAÇÕES: (11) 5908-6500

Endereço: Av. Professor Ascendino Reis, 830 – Vila Clementino - São Paulo - SP, 04027-000